Subsídios para a reformulação do ensino médio

Simon Schwartzman[1]

Texto preparado para apresentação na Audiência Pública da Comissão Especial para Reformulação do Ensino Médio – CEENSI da Câmara de Deputados. Brasília, 13 de agosto de 2013

A melhoria da qualidade e da inclusão da população jovem brasileira no ensino médio é um projeto de longo prazo, que requer, entre outras medidas, a melhoria do recrutamento, capacitação e remuneração dos professores; a redução ou eliminação no ensino noturno; a construção e melhoria das instalações físicas disponíveis; e o fortalecimento da capacidade de gestão dos diretores de escola; e a melhoria dos currículos. E requer, sobretudo, a melhoria da qualidade da educação fundamental, que prepara os estudantes para este nível mais elevado da educação básica.

No entanto é possível, a curto prazo, alterar a legislação e as normas existentes de forma a permitir que o ensino médio se livre de restrições que hoje contribuem para a altas taxas de abandono, dificultam a inovação curricular e institucional, e fazem com que o Brasil constitua uma exceção no cenário internacional, pela forma em que o seu sistema de nível médio está organizado. Em todo o mundo, pela sua grande extensão e pela variedade de seu público, o ensino médio é altamente diversificado, permitindo um amplo leque de opções de estudo e formação para os estudantes, ao mesmo tempo em que se procura preservar os aspectos mais gerais e básicos da educação que devem ter raízes no ensino fundamental e ter continuidade nos níveis mais altos. Esta diversificação pode ocorrer dentro de cada escola, através de escolas especializadas, ou por combinações entre estas duas modalidades. No Brasil, o atual formato, de um currículo único extenso e obrigatório, reforçado por uma avaliação final ampla feita pelo ENEM, que não permite opções, torna esta diversidade impossível, e condena a maior parte dos estudantes de nível médio a, ou não completar seus estudos, ou gastar tempo e energia em um aprendizado formal que pouco lhes acrescenta em termos de formação para a vida cotidiana e para o trabalho, caso não cursem o superior.

[1] Texto preparado para a audiência pública da Comissão Especial para Reformulação do Ensino Médio – CEENSI da Câmara de Deputados, 13 de agosto de 2013

A presente proposta é conceitualmente simples, mas sua implementação pode exigir importantes ajustes e adaptações, e por isto mesmo sua implantação exige um período prévio de consultas e estudos aprofundados de viabilidade. Os pontos principais são:

a) **mudanças no currículo do ensino médio:**

1 – Estabelecer, no ensino médio, a possiblidade de que os alunos optem entre diferentes linhas de estudo – técnico-científica (incluindo as ciências físicas , biológicas e de saúde); ciências sociais (incluindo a economia, administração, sociologia); humanidades (incluindo línguas estrangeiras e literatura); e formação profissional (incluindo as profissões na área de serviços, saúde, indústria e agricultura).

2 – Dentro de suas áreas de escolha, os alunos deverão escolher e se aprofundar em um número limitado de disciplinas, em função das ofertas disponibilizadas por suas escolas ou instituições associadas.

4 – Todos os alunos no ensino médio deverão continuar a se desenvolver em língua portuguesa, matemática e inglês. Tanto quanto possível, esta formação deverá ser dada de forma integrada com as áreas de escolha, em atividades de leitura, redação e aplicação de conceitos científicos e matemáticos para problemas práticos. Para os alunos que optarem pela formação técnico-científica, as exigências na área de formação matemática serão maiores, da mesma forma que serão maiores as exigências em línguas para os que optarem pelas ciências sociais e humanidades.

5 – O número de disciplinas cursadas no ensino médio deverá ser drasticamente reduzido a português, matemática e inglês e cerca de 3 disciplinas específicas dentro da área de escolha. Deverão ser evitados cursos de tipo genérico, como "metodologia de ciências" ou "estudos sociais", em benefício de disciplinas bem constituídas como biologia, química, economia ou administração – que correspondem a ciências com vida e métodos próprios.

6 – Os cursos de formação profissional serão dados, preferentemente, em parceria com instituições com competência de formação profissional, como o SENAI, o Centro Paula Souza e escolas técnicas públicas e privadas. A variedade de tipos de formação profissional é muito grande (na França, por exemplo, são cerca de 80), e é necessário criar mecanismos para que, por um lado, a liberdade de identificar tipos de formação não seja restringida, mas, ao mesmo tempo, se possa garantir a qualidade dos programas.

7 – No caso ainda dos cursos de formação profissional, uma parte importante do tempo do estudante deve ser dedicado a trabalhos práticos sob orientação, sem dispensar o núcleo comum de formação em português, matemática e inglês, dado de forma aplicada e prática.

b) **diversificação institucional**

1 - Para atender às diferentes opções e características dos estudantes, as redes escolares de ensino médio, assim como as escolas públicas e privadas, deverão se diferenciar, conforme suas características, vocações e áreas em que estão

situadas. Escolas de grande porte poderão oferecer diferentes modalidades de formação em seu interior; redes escolares mais complexas poderão ter escolas especializadas em determinadas modalidades, permitindo que os alunos e suas famílias escolham. Municípios menores poderão se associar para oferecer, em conjunto, diferentes opções em localidades próximas.

2 – O ensino técnico e profissional poderá ser oferecido tanto como opção nas escolas regulares de ensino médio quanto em escolas especializadas, como as do Sistema S e escolas técnicas públicas e privadas. Para evitar a proliferação de cursos técnicos de pouco valor pedagógico e profissional, deverão ser desenvolvidos sistemas de certificação dos cursos profissionais médios nas diferentes áreas, com a participação de instituições que já tenham experiência nesta atividade, como o próprio SENAI e a ABNT, em parceria com associações profissionais e os Conselhos Estaduais de Educação.

3 – Para estudantes de alto desempenho, deve ser estimulada a criação de escolas especializadas e seletivas que ofereçam um ambiente de estudo e trabalho estimulante e os prepare para carreiras de maior exigência intelectual e profissional.

4 – Instituições de nível superior deverão ser estimuladas a desenvolver cursos pós-secundários de um ou dois anos de duração (semelhantes aos "associate degrees" nos Estados Unidos) que aumentem a qualificação dos estudantes formados nos cursos profissionais. As instituições de ensino superior deverão também ser estimuladas a aceitar os créditos obtidos nestes cursos para os estudantes que decidirem se candidatar para os cursos superiores de maior duração.

c) **mudanças no sistema de certificação e avaliação**

1 – Todos os estudantes de ensino médio deverão ter a oportunidade de passar por um sistema de avaliação e certificação, a partir do qual receberão uma qualificação reconhecida pelas instituições de nível superior e pelo mercado de trabalho para efeitos de admissão e contratação.

2 – Para os estudantes que optem pelas matérias técnico-científicas, de ciências sociais e humanidades, o ENEM poderá continuar sendo um dos mecanismos de avaliação e certificação. Será importante, no entanto, que o ENEM evolua no sentido de distinguir a avaliação de competências de tipo geral no uso da língua e do raciocínio numérico e lógico (na linha do SAT norte-americano e exames semelhantes), aplicável a todos, e a avaliação de conhecimentos específicos nas ciências físicas, matemáticas, biológicas, sociais e humanidades, que poderão ser escolhidas pelos estudantes conforme as opções que fizeram no ensino médio e conforme os cursos superiores ou carreiras profissionais que pretendam seguir. Neste modelo, todos os estudantes passariam pelas provas de tipo geral (que podem substituir a atual prova de redação) e escolherão uma área de conteúdo, alinhando desta forma o ENEM com o ensino médio em seu novo formato. Será importante também oferecer uma avaliação de língua inglesa.

3 – Os estudantes que optarem por cursos profissionais de nível médio poderão também fazer a parte geral do ENEM e escolher ou não uma das áreas específicas

para ser avaliados. e poderão ainda passar também por uma avaliação ou certificação profissional por parte de instituições especializadas e credenciadas para isto. Existem várias experiências brasileiras de certificação profissional já estabelecidas, que precisariam ser consolidadas e reforçadas para que possam cumprir este papel. Pessoas que demonstrarem experiência prática e de trabalho em setores específicos também poderão ser certificadas, obtendo um título equivalente ao nível de formação média.